



CONCURSO PÚBLICO

## 001. PROVA OBJETIVA

### ANALISTA CONTÁBIL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

|          |                 |              |            |                |
|----------|-----------------|--------------|------------|----------------|
| RG _____ | Inscrição _____ | Prédio _____ | Sala _____ | Carteira _____ |
|----------|-----------------|--------------|------------|----------------|



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a postagem de rede social para responder às questões 01 e 02:



01. A postagem traz um posicionamento contrário

- (A) aos lucros individuais.
- (B) ao letramento do povo.
- (C) à distribuição de riqueza.
- (D) às apostas em bets.
- (E) ao avanço tecnológico.

02. A relação de sentido entre as duas cenas apresentadas na postagem está corretamente expressa por:

- (A) À medida que diminuiu o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (B) Porquanto tenha diminuído o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (C) Embora tenha diminuído o número de analfabetos no Brasil, aumentou o número de alfabetos.
- (D) O número de analfabetos no Brasil diminuiu, portanto aumentou o número de alfabetos.
- (E) O número de analfabetos no Brasil diminuiu, para que aumentasse o número de alfabetos.

Leia o texto para responder às questões de 03 a 11:

*Medidas contra as bets são muito tímidas*

O governo endureceu as regras para a publicidade das apostas esportivas. Todas as propagandas de bets deverão agora exibir advertências informando que apostar pode causar dependência, faz perder dinheiro e não é investimento. Também ficam proibidas peças publicitárias que associem as apostas a sucesso financeiro, fonte de renda ou enriquecimento fácil. As medidas representam um avanço e mostram que o Estado reconhece, de forma clara, os riscos de uma atividade que nem deveria ter sido legalizada. Nesse sentido, as medidas do governo são muito tímidas.

Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu sem freios. Enquanto a regulamentação patinava, empresas se instalaram no País e multiplicaram patrocínios a clubes, campeonatos e programas esportivos. Também transformaram influenciadores, atletas e celebridades em vitrines permanentes de um negócio apresentado como entretenimento inofensivo. O tsunami veio com a Copa do Mundo. Hoje, as pesquisas mostram o aumento do endividamento das famílias, o crescimento dos casos de ludopatia, a pressão sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e até o adiamento do ingresso de jovens no ensino superior.

Trata-se de impor à publicidade das bets limites proporcionais aos danos que elas provocam. Foi essa lógica que orientou, ao longo das últimas décadas, a restrição à propaganda de cigarros. Ninguém proibiu o consumo. O que se reconheceu foi que produtos capazes de causar prejuízos dessa dimensão à saúde pública não poderiam continuar sendo promovidos como símbolos de sucesso, diversão ou qualidade de vida.

No segundo semestre, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá retomar o julgamento das ações que questionam a constitucionalidade da Lei das Bets. Entre os temas em debate estão a proteção de grupos vulneráveis, como beneficiários de programas sociais, e os limites de uma atividade que, segundo a Procuradoria-Geral da República, possui caráter predatório e compromete direitos fundamentais. O presidente do STF já associou o avanço das apostas ao crime organizado e classificou o tema como um grave problema social e de segurança pública. Suas declarações indicam que o tribunal dificilmente será permissivo.

O julgamento, porém, ainda está distante, e seu resultado é incerto. Até lá, governo e Congresso não têm desculpa para continuar adiando restrições muito mais severas à publicidade das bets. Não basta alertar sobre os riscos de uma atividade reconhecidamente nociva enquanto sua publicidade continua ocupando estádios, transmissões esportivas, redes sociais e a rotina dos brasileiros quase sem limitações. O aviso institucional é bem-vindo, mas a tolerância já passou da hora de acabar.

(Editorial. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 15.07.2026. Adaptado)

03. Na análise que apresenta em relação às bets, o editorial enfatiza que
- (A) o movimento com vistas a coibi-las é mais rigoroso do que aquele que pretendeu acabar com a circulação do cigarro no país, o que sugere que tanto o governo quanto o Supremo Tribunal Federal deverão empenhar-se para que as apostas online sejam erradicadas.
  - (B) a liberdade de se utilizar as plataformas de apostas, conhecidas como bets, deve ser assegurada a todo cidadão, do mesmo modo que, ao longo das últimas décadas, ninguém proibiu o cigarro, deixando que a opção por consumi-lo fosse uma deliberação pessoal.
  - (C) o governo e o Congresso devem apresentar restrições mais severas à publicidade das bets, considerando-se que não há consenso de que sejam vistas como inconstitucionais, já que o Supremo Tribunal Federal entende que elas não são um grave problema social.
  - (D) a legalização das bets é uma afronta à vida social, haja vista a amplitude de problemas causados aos cidadãos, e, nesse contexto, as autoridades devem tratá-las com austeridade, até que se julguem as ações que questionam a constitucionalidade da Lei das Bets.
  - (E) a constitucionalidade das bets deverá ser analisada em breve e, apesar de serem indevidamente atacadas por atingirem grupos vulneráveis, tanto o governo quanto o Congresso deveriam ser indulgentes com elas, evitando uma convulsão social com a sua proibição.
04. De forma inequívoca, o editorial explica que as bets
- (A) financiam o crime organizado no país.
  - (B) são problema de saúde pública.
  - (C) garantem entretenimento inofensivo.
  - (D) estão acima do ordenamento legal.
  - (E) sofrem com o preconceito das pessoas.
05. No último parágrafo, o editorial chama a atenção para o fato de que existe
- (A) uma constatação relativa à presença das bets no cotidiano dos cidadãos, o que, na visão do jornal, se trata de algo bem-vindo.
  - (B) um papel fundamental das bets na vida social e financeira dos cidadãos, ainda que elas representem eventuais problemas.
  - (C) um paradoxo difícil de ser contornado, pois, apesar da inconstitucionalidade das bets, elas estão naturalmente na vida de todos.
  - (D) uma comparação entre o julgamento da lei e o julgamento das pessoas, mostrando que ambos estão sendo bastante severos.
  - (E) uma contradição entre os alertas sobre os perigos que as bets representam e a publicidade delas no cotidiano dos cidadãos.
06. Assinale a alternativa em que o termo destacado está empregado em sentido próprio.
- (A) O governo endureceu as **regras** para a publicidade das apostas esportivas. (1º parágrafo)
  - (B) Nesse sentido, as medidas do governo são muito **tímidas**. (1º parágrafo)
  - (C) Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu sem **freios**. (2º parágrafo)
  - (D) Enquanto a regulamentação **patinava**, empresas se instalaram no País... (2º parágrafo)
  - (E) O **tsunami** veio com a Copa do Mundo. (2º parágrafo)
07. No texto, diz-se que a atividade das bets “possui caráter **predatório**” e que “o tribunal dificilmente será **permissivo**.” No contexto em que estão empregados, os termos “predatório” e “permissivo” devem ser associados, correta e respectivamente, aos sentidos de:
- (A) imoral; intolerante.
  - (B) constrangedor; frágil.
  - (C) fraudulento; aquiescente.
  - (D) regulatório; consentível.
  - (E) criminoso; impugnável.
08. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de colocação pronominal e de concordância.
- (A) Agora dever-se-á exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
  - (B) Agora dever-se-ão exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
  - (C) Agora se deverá exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibido a peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
  - (D) Agora deverão-se exibir advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibido à peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.
  - (E) Agora deverão exibir-se advertências em todas as propagandas de bets. Também fica proibida a peça publicitária que associe as apostas à vitória financeira.

09. A forma verbal destacada confere sentido de obrigação à informação em:

- (A) Todas as propagandas de bets **deverão** agora exibir advertências... (1º parágrafo)
- (B) ... informando que apostar **pode** causar dependência, faz perder dinheiro... (1º parágrafo)
- (C) ... e **multiplicaram** patrocínios a clubes, campeonatos e programas esportivos. (2º parágrafo)
- (D) Hoje, as pesquisas **mostram** o aumento do endividamento das famílias... (2º parágrafo)
- (E) Suas declarações **indicam** que o tribunal dificilmente será permissivo. (4º parágrafo)

10. Os termos destacados correspondem, correta e respectivamente, a um artigo definido e a um adjetivo, e ambos definem o mesmo substantivo na passagem:

- (A) ... em vitrines permanentes de **um** negócio **apresentado** como entretenimento inofensivo. (2º parágrafo)
- (B) Entre os temas em debate estão **a** proteção de grupos **vulneráveis**... (4º parágrafo)
- (C) Suas declarações indicam que **o** tribunal **dificilmente** será permissivo. (4º parágrafo)
- (D) Não basta alertar sobre os riscos de **uma** atividade reconhecidamente **nociva**... (5º parágrafo)
- (E) **O** aviso **institucional** é bem-vindo, mas a tolerância já passou da hora de acabar. (5º parágrafo)

11. Assinale a alternativa em que a expressão destacada estabelece a mesma relação de sentido que a destacada na passagem "... o Estado reconhece, **de forma clara**, os riscos de uma atividade..." (1º parágrafo).

- (A) Nos últimos anos, o mercado de apostas online cresceu **sem freios**. (2º parágrafo)
- (B) Trata-se de impor à publicidade das bets limites proporcionais **aos danos**... (3º parágrafo)
- (C) Entre os temas em debate estão a proteção **de grupos vulneráveis**... (4º parágrafo)
- (D) ... e classificou o tema como um grave problema social e **de segurança pública**. (4º parágrafo)
- (E) O aviso institucional é bem-vindo, mas a tolerância já passou **da hora** de acabar. (5º parágrafo)

Leia o texto do escritor angolano Pepetela para responder às questões de 12 a 20:

### Os balanços

Quero falar dos balanços que as instituições e os poderes políticos, desde governos a comissões de moradores de prédios, fazem anualmente. Felizmente para nós, pobres cidadãos que deles dependemos, os balanços são sempre positivos. Por isso não compreendo como podemos ficar descontentes ou andar sempre macambúzios<sup>1</sup>, de bolsos furados.

Se tudo corre sempre bem e os balanços foram favoráveis, por que resmungamos com a carestia da vida, ou a opacidade do futuro? Nós, os pequenos, somos incuravelmente pessimistas, caso para psiquiatria. Pois então não ouvimos as notas positivas emanadas dos balanços? Até mesmo uma comissão criada para um programa que desconseguiu de resolver apresenta balanço positivo e abre champanhe na hora de prestar contas (verbais, porque as monetárias ficam só para alguns, os mesmos de sempre). Somos pessimistas e ingratos, invejosos de os ver sempre a beber champanhe. Desconfiamos dos que apresentam os balanços, os nossos chefes bem-amados. É evidente, merecemos o inferno em que vivemos, sem champanhe.

Divirto-me muito a ouvir ou ler o balanço feito a visitas ao estrangeiro de membros do Governo ou delegações de qualquer tipo, desportivas, diplomáticas ou culturais. As viagens são sempre positivas, alcançando resultados de que só o futuro mostrará a magnitude. Como temos fraca memória, no futuro nunca lembramos os termos de referência dessas visitas positivas.

Ultimamente surgiram balanços em muitos jornais. Partindo do princípio que a década acabou agora (os matemáticos que resolvam definitivamente essa *maka*<sup>2</sup>, pois parece que é só para o ano), fez-se o balanço da década. Como esses jornais se concentram no Norte (ou seguindo os interesses do Norte), finalmente encontramos balanços negativos. Terrorismo, guerras, crises financeiras e econômicas constantes, desemprego em alta, suicídios de ricos (raríssimos, mas servem de índice), tímidas prisões de uns poucos corruptos, enfim, tudo desgraças. Para esses jornais, a primeira década desse milênio é para esquecer.

Pois eu faço um balanço positivo. Por uma vez tinha de ser. Nesta década gozamos finalmente de paz. E o país até cresce muito, apesar dos disparates. Andamos na contra-mão, já é mania de ser diferente...

(Pepetela. *Crônicas Maldispostas*. 2015. Adaptado)

#### Vocabulário:

<sup>1</sup> macambúzios: tristonhos, taciturnos

<sup>2</sup> maka: cisão, desentendimento

12. Ao expressar seu ponto de vista sobre os balanços divulgados, o cronista deixa claro que há uma

- (A) diferença entre os dados apresentados e a vida real, pois esta esconde vantagens não captadas por aqueles.
- (B) tentativa da população de deturpar os resultados divulgados, porque querem obter mais privilégios.
- (C) similaridade inquestionável entre os resultados divulgados e a percepção das pessoas sobre a vida.
- (D) discrepância evidente entre a realidade das pessoas e os resultados divulgados nessas ocasiões.
- (E) intenção louvável de apresentar resultados positivos às pessoas, como forma de fortalecer a autoestima.

13. Passagens como “Nós, os pequenos, somos incuravelmente pessimistas, caso para psiquiatria. Pois então não ouvimos as notas positivas emanadas dos balanços?” (2º parágrafo) e “As viagens são sempre positivas, alcançando resultados de que só o futuro mostrará a magnitude.” (3º parágrafo) indicam que o cronista

- (A) se submete à ideia de positividade veiculada por estar confuso.
- (B) se refere com ironia à ideia de positividade a que está exposto.
- (C) se redime e reconhece a positividade presente na vida social.
- (D) se abstém de posicionar-se claramente sobre a positividade.
- (E) se contradiz sobre a ideia de positividade, que prefere aceitar.

14. Assinale a alternativa que traz correta análise das informações do último parágrafo do texto e na qual o acento indicativo da crase está de acordo com a norma-padrão.

- (A) O cronista reconhece que seu país está deslumbrando-se com à paz reinante e, por enquanto, crescer não está entre suas prioridades.
- (B) Para o cronista, o seu país chegou à paz, no entanto, ainda convive com alguns disparates, o que não o impede de crescer.
- (C) O cronista considera que seu país vive um momento positivo, pois o povo, incentivado pela paz, deu fim à todos os disparates.
- (D) Para o cronista, o seu país perdeu o ritmo de crescimento, pois cada um se dedica à uma forma diferente de enfrentar os problemas.
- (E) O cronista vê o seu país imerso em um colapso real, pois ignoram tanto os problemas quanto à importância da paz obtida.

15. Considere as passagens:

- Felizmente para nós, **pobres** cidadãos que deles dependemos... (1º parágrafo)
- Pois então não ouvimos as notas positivas **emanadas** dos balanços? (2º parágrafo)
- ... alcançando resultados de que só o futuro mostrará a **magnitude**. (3º parágrafo)
- Nesta década **gozamos** finalmente de paz. (5º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) ordinários; veiculadas; natureza; possuímos.
- (B) miseráveis; oriundas; alcance; sentimos.
- (C) meros; vindas; importância; desfrutamos.
- (D) genuínos; nascidas; relevância; zombamos.
- (E) vulgares; exaladas; desprendimento; fruímos.

16. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão de regência verbal e de flexão verbal, a passagem “Como temos fraca memória, no futuro nunca lembramos os termos de referência dessas visitas positivas.” (3º parágrafo) admite a seguinte reescrita:

- (A) No futuro, nunca nos lembraremos dos termos de referência dessas visitas positivas, por isso termos memória fraca.
- (B) Ainda que temos fraca memória, no futuro nunca nos lembraríamos dos termos de referência dessas visitas positivas.
- (C) No futuro, nunca nos lembraremos dos termos de referência dessas visitas positivas, já que temos memória fraca.
- (D) Conforme tivéssemos fraca memória, no futuro nunca nos lembrávamos os termos de referência dessas visitas positivas.
- (E) No futuro, nunca nos lembremos dos termos de referência dessas visitas positivas, mesmo que teremos memória fraca.

17. Na passagem “... suicídios de ricos (**raríssimos**, mas servem de índice) ...” (4º parágrafo), a flexão do adjetivo destacado tem por objetivo

- (A) questionar o índice relativo aos suicídios dos ricos.
- (B) enfatizar a excepcionalidade de suicídio entre os ricos.
- (C) sugerir a alta adesão dos ricos à prática do suicídio.
- (D) esclarecer a inutilidade do índice de suicídios de ricos.
- (E) mostrar o sofrimento maior dos ricos com os suicídios.

18. Considere as passagens:

- Quero falar dos balanços que as instituições e os poderes políticos, **desde** governos **a** comissões de moradores de prédios, fazem anualmente. (1º parágrafo)
- ... por que resmungamos **com** a carestia da vida, ou a opacidade do futuro? (2º parágrafo)
- Ultimamente surgiram balanços **em** muitos jornais. (4º parágrafo)

O par de preposições “desde ... a” e as preposições “com” e “em” estabelecem, correta e respectivamente, relações de sentido de:

- (A) restrição; finalidade; lugar.
- (B) restrição; modo; meio.
- (C) extensão; causa; finalidade.
- (D) amplitude; causa; lugar.
- (E) amplitude; lugar; finalidade.

19. Somos pessimistas e ingratos, incomodados \_\_\_\_\_ a tomar champanhe. E somos acostumados \_\_\_\_\_ desconfiar dos que apresentam os balanços. É evidente \_\_\_\_\_ merecemos o inferno em que vivemos, sem champanhe.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) sobre vê-los ... sobre ... de que
- (B) em ver eles ... de ... de que
- (C) a ver-lhes ... com ... de que
- (D) por ver eles ... em ... que
- (E) com vê-los ... a ... que

20. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de pontuação.

- (A) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes, normalmente, os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo, os pobres cidadãos recebemos balanços sempre positivos.
- (B) Anualmente, balanços são feitos, pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente, os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas aos dos prédios. De qualquer modo, os pobres cidadãos, recebemos balanços sempre positivos.
- (C) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente os destinam, a todos os moradores da cidade: aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos recebemos balanços, sempre, positivos.
- (D) Anualmente, balanços, são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes, normalmente os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas, aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos recebemos, balanços sempre positivos.
- (E) Anualmente balanços são feitos pelas comissões de moradores de prédios e pelos poderes políticos. Estes normalmente os destinam a todos os moradores da cidade; aquelas aos dos prédios. De qualquer modo os pobres cidadãos, recebemos balanços sempre positivos.

21. Durante a elaboração de um programa de integridade, foi realizada uma análise, cruzando-se a probabilidade de um evento acontecer com a gravidade do seu impacto, chegando-se a uma matriz 4x4.

A ferramenta utilizada nessa análise é denominada matriz

- (A) de Riscos.
- (B) BCG.
- (C) de Eisenhower.
- (D) GE/McKinsey.
- (E) RACI.

22. Em programas de integridade, uma boa prática diz respeito à verificação minuciosa de antecedentes de terceiros, a exemplo de processos de contratações públicas.

Essa coleta e análise minuciosa de dados de um terceiro é denominada

- (A) *tone at the top*.
- (B) *core value*.
- (C) *due diligence*.
- (D) *red flag*.
- (E) *risk assessment*.

23. Nas práticas de ESG, existem organizações, sejam elas públicas ou privadas, que promovem com grande apelo midiático seus produtos e/ou serviços como ambientalmente responsáveis, mas que, na prática, são ineficazes, possuem impacto mínimo ou escondem retrocessos estruturais e desmonte de fiscalização.

Esse grande desafio nas agendas ESG é denominado como

- (A) *triple bottom line*.
- (B) *greenwashing*.
- (C) *circular economy*.
- (D) *upcycling*.
- (E) *e-waste*.

**24.** Na implementação e monitoramento de um programa de integridade, há metodologias visuais que contribuem na gestão e análise de riscos de uma organização. Uma delas traz, ao centro, o evento crítico; do lado esquerdo, as ameaças e medidas preventivas; e, do lado direito, as consequências e medidas mitigadoras.

Dadas essas características, assinale a alternativa que indica corretamente a ferramenta utilizada.

- (A) Diagrama de Ishikawa.
- (B) Diagrama de Venn.
- (C) Matriz de Ansoff.
- (D) Gráfico de Gantt.
- (E) Diagrama Bow Tie.

**25.** Ao implementar práticas de ESG em uma organização, seja ela pública ou privada, alguns dos benefícios que podem ser esperados por meio de cada um dos três pilares dessa sigla são:

- (A) E - políticas anticorrupção; S - auditorias regulares; G - *compliance*.
- (B) E - auditorias regulares; S - gestão de resíduos; G - treinamentos de inclusão.
- (C) E - diversidade e inclusão; S - políticas anticorrupção; G - independência do conselho de administração.
- (D) E - redução da pegada de carbono; S - políticas de equidade salarial; G - criação de canal de denúncia anônimo.
- (E) E - gestão de resíduos; S - segurança do trabalho; G - diversidade e inclusão.

## RACIOCÍNIO LÓGICO E ANALÍTICO

**26.** Para uma atividade de formação, os 140 funcionários de uma empresa serão divididos em 5 grupos, não necessariamente com os mesmos números de pessoas. Os coordenadores dessa formação selecionaram 20 funcionários fixos para cada grupo e instruíram os demais funcionários que escolhessem em quais dos 5 grupos gostariam de ficar, cada funcionário podendo escolher, de maneira autônoma, apenas 1 grupo.

Após todos os grupos estarem formados, é, necessariamente, verdadeiro que

- (A) pelo menos dois grupos terão mais de 21 funcionários cada.
- (B) algum grupo terá menos de 28 funcionários.
- (C) todos os grupos terão, cada um, mais de 20 funcionários.
- (D) um dos grupos terá mais de 27 funcionários.
- (E) nenhum grupo terá 40 funcionários.

**27.** Ana, Maria e Rita trabalham em um mesmo departamento, e obedecem aos seguintes critérios para beber café no trabalho quando as três trabalham presencialmente no mesmo dia:

- Se Ana beber café, Maria também bebe;
- Maria ou Rita sempre bebem café, mas não no mesmo dia;
- Ana ou Rita sempre bebem café, mas não necessariamente no mesmo dia;
- Se Rita beber café, Ana também bebe.

De acordo com esses critérios, quando essas três mulheres trabalham presencialmente no mesmo dia,

- (A) Rita sempre bebe café, e Ana e Maria às vezes bebem.
- (B) Rita nunca bebe café, e Ana e Maria sempre bebem.
- (C) Maria nunca bebe café, e Ana e Rita sempre bebem.
- (D) Maria e Rita sempre bebem café, e Ana às vezes bebe.
- (E) Ana e Rita sempre bebem café, e Maria às vezes bebe.

**28.** Considere a seguinte sequência, formada a partir de um padrão lógico:

333, 337, 343, 318, 322, 328, 303, 307, 313, 288, ...

Sabendo que a sequência tem infinitos elementos, seu menor elemento, que é maior do que zero, corresponde ao número

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 7.
- (E) 9.

29. Considere a afirmação: “Se Natália anda de bicicleta e joga futebol, então o dia está ensolarado”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) Natália anda de bicicleta e joga futebol e o dia não está ensolarado.
- (B) O dia está ensolarado e Natália não anda de bicicleta e não joga futebol.
- (C) Se o dia não está ensolarado, então Natália não anda de bicicleta ou não joga futebol.
- (D) Se Natália não anda de bicicleta e não joga futebol, então o dia está ensolarado.
- (E) Se Natália não anda de bicicleta ou não joga futebol, então o dia não está ensolarado.

30. Em uma festa, todas as crianças usavam chapéus de aniversário, cada chapéu impresso corretamente com o nome de quem o usava. Cinco dessas crianças foram a um brinquedo em que era obrigatória a retirada dos chapéus e, ao saírem desse brinquedo, pegaram os chapéus sem conferir os nomes, de maneira que, após colocarem o chapéu, constataram que ninguém usava o chapéu com o próprio nome.

Um monitor dessa festa, que sabia o nome de todas as crianças, percebeu a confusão e ouviu, em sequência, as seguintes afirmações, cada afirmação proferida pela criança identificada pelo nome escrito no chapéu que usava e não pela criança que tem esse nome:

| Nome no chapéu | Afirmação                                |
|----------------|------------------------------------------|
| Ariel          | Ariel não está usando o chapéu da Érica. |
| Bruna          | O meu chapéu está na cabeça de Bruna.    |
| Carlos         | Daniel está usando o chapéu de Érica.    |
| Daniel         | Carlos está com o chapéu de Ariel.       |
| Érica          | Carlos está com o meu chapéu.            |

O monitor constatou que a criança usando o chapéu escrito Érica proferiu uma afirmação verdadeira, que apenas Carlos e Érica mentiram em suas afirmações, e que Ariel não estava com o chapéu de Carlos. Portanto, Carlos e Daniel estão usando, respectivamente, os chapéus de

- (A) Ariel e Bruna.
- (B) Ariel e Carlos.
- (C) Bruna e Érica.
- (D) Daniel e Carlos.
- (E) Daniel e Érica.

31. Se Algacyr está trabalhando, então não é domingo. Se é domingo, então Algacyr usa chinelo e moletom. Quando Algacyr está trabalhando ou ele usa o computador ou ele usa uma máquina de escrever. Algacyr só usa o computador se estiver usando chinelo. Algacyr só usa máquina de escrever se estiver usando moletom. Algacyr saiu de casa usando chinelo, mas não está usando moletom, logo é verdadeiro que

- (A) Algacyr vai trabalhar e usar o computador.
- (B) não é domingo e Algacyr vai usar o computador.
- (C) Algacyr vai usar o computador, mas não vai trabalhar.
- (D) é domingo e Algacyr não vai usar a máquina de escrever.
- (E) não é domingo ou Algacyr vai usar a máquina de escrever.

32. Considere os dez primeiros elementos de uma sequência finita S1 e seu último elemento:

S1: 47, 58, 71, 79, 95, 109, 119, 130, 134, 142, ..., 221

A sequência finita S2 tem o mesmo padrão de formação da sequência anterior, seu primeiro elemento é o número 25 e seu último elemento é o número 317.

Quantos elementos a sequência S2 tem a mais do que a sequência S1?

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 11.
- (D) 12.
- (E) 13.

33. Na casa de Fábio, há um relógio de corda que marca a passagem dos números de horas e de minutos corretamente. Certo sábado, após o relógio parar por falta de corda, Fábio deu corda no relógio, ajustou os ponteiros para que marcassem 7h15 e caminhou pela rua do Sol até o centro da cidade, onde existe um relógio que sempre marca a hora certa. Assim que chegou ao centro viu que o relógio marcava 8h30 e aproveitou para jogar xadrez com os amigos. Ao iniciar a volta para casa, viu que o relógio do centro da cidade marcava 10h59 e fez o caminho de volta pela rua da Lua. Ao chegar em casa, viu que o relógio de corda marcava 11h11.

Sabendo que o tempo que Fábio levou para ir de sua casa até o centro da cidade pela rua do Sol foi o dobro do tempo que ele levou para ir do centro da cidade até sua casa pela rua da Lua, a hora certa no momento que Fábio chegou em casa era

- (A) 11h.
- (B) 11h15.
- (C) 11h28.
- (D) 11h41.
- (E) 11h57.

34. Considere a afirmação: “Todos os convidados estiveram presentes e pelo menos um deles usava roupa branca”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum convidado esteve presente ou pelo menos um deles usava roupa branca.
- (B) algum convidado não esteve presente ou nenhum convidado usava roupa branca.
- (C) pelo menos um convidado não esteve presente e apenas um convidado usou roupa branca.
- (D) pelo menos um convidado não esteve presente ou todos os convidados usavam roupa branca.
- (E) nenhum convidado esteve presente ou todos os convidados usavam roupa branca.

**35.** Albertina, Betina e Celina moram em ruas diferentes, cada uma em sua própria casa, e tiveram o seguinte diálogo:

- Albertina: eu, Betina e Celina moramos, não necessariamente nessa ordem, nas ruas Josefina, Paulina e Severina, sendo que na rua onde moro existem dois cinemas.
- Betina: eu não moro na rua Severina ou não moro na rua Paulina.
- Celina: Albertina mora na rua Severina.
- Betina: há pelo menos um cinema na rua Josefina.

Em cada frase, se uma moça falou o nome da rua onde mora, então a frase é verdadeira, caso contrário, a frase é falsa.

Os nomes das ruas em que moram Albertina, Betina e Celina são, respectivamente,

- (A) Josefina, Paulina e Severina.
- (B) Josefina, Severina e Paulina.
- (C) Paulina, Josefina e Severina.
- (D) Paulina, Severina e Josefina.
- (E) Severina, Paulina e Josefina.

**36.** A professora Adriana afirmou, corretamente, que houve pelo menos um selecionado para a final do concurso de redação e no máximo quatro selecionados. Em seguida, ela proferiu quatro afirmações verdadeiras:

- Se Giovana foi selecionada, então Marina não foi selecionada.
- Lucas foi selecionado ou Tiago foi selecionado, mas não ambos.
- Marina foi selecionada se e somente se Tiago não foi selecionado.
- Se Pedro não foi selecionado, então Giovana foi selecionada ou Lucas não foi selecionado.

Em seguida, a professora informou corretamente que Lucas foi selecionado. Portanto, os nomes de todos os selecionados para a final são:

- (A) Lucas e Giovana.
- (B) Lucas e Marina.
- (C) Lucas e Pedro.
- (D) Lucas, Giovana e Marina.
- (E) Lucas, Pedro e Marina.

**37.** Um hotel possui 159 acomodações, sendo 45 chalés e 114 apartamentos. Algumas dessas acomodações têm vista apenas para o lago e as demais têm vista apenas para as montanhas. No total, 40 apartamentos têm vista para o lago, e o número total de acomodações com vista para as montanhas é igual a 87.

Nesse hotel, o número de chalés com vista para o lago excede o número de chalés com vista para as montanhas em

- (A) 17 unidades.
- (B) 18 unidades.
- (C) 19 unidades.
- (D) 20 unidades.
- (E) 21 unidades.

**38.** Considere o padrão de formação da sequência:

33, 27, 111, 315, 219, 123, 327, 231, 135, 339, 243, 147, ..., 387, 291, 195, 399, 2.103, 1.107, 3.111, 2.115, 1.119, ...

O 101º elemento dessa sequência é o número

- (A) 1.155.
- (B) 1.239.
- (C) 2.223.
- (D) 2.403.
- (E) 3.399.

## R A S C U N H O

39. Cinco garrafas de vinho contêm vinhos produzidos em cinco anos diferentes, sendo esses os anos de 1960, 1970, 1980, 1990 e 2000. Em uma mesma prateleira há apenas essas garrafas, que estão rotuladas, não necessariamente na ordem dos anos, pelas letras A, B, C, D e E. Colado logo abaixo de cada um desses rótulos, há as seguintes etiquetas:

A: o vinho C foi produzido em 1990.

B: esse vinho é menos antigo do que o vinho E.

C: o vinho A foi produzido 10 anos após o vinho B.

D: esse vinho é mais antigo do que o vinho E e menos antigo do que o vinho C.

E: os vinhos C e D são os dois mais antigos dessa prateleira.

Sabendo que apenas um desses rótulos contém uma inscrição falsa, os vinhos A, B, C e D foram produzidos, respectivamente, nos anos de

(A) 1960, 2000, 1990 e 1980.

(B) 1980, 1990, 1970 e 1960.

(C) 1980, 1990, 1960 e 1970.

(D) 2000, 1980, 1990 e 1960.

(E) 2000, 1990, 1960 e 1970.

40. Uma malha quadriculada contém 61 linhas, cada linha com 20 quadrículos. A palavra APOSENTADORIA foi escrita repetidamente nos quadrículos dessa malha de maneira a preencher cada linha da esquerda para direita e de cima para baixo, cada quadrículo com uma única letra, sem espaço entre o fim de uma palavra e o início da próxima, e quando todos os quadrículos de uma linha estiverem preenchidos, o processo continua no início da linha seguinte com as letras que não couberam na linha anterior, caso tenha sobrado alguma, ou com uma nova palavra APOSENTADORIA. Por exemplo, se nos últimos 15 quadrículos de uma linha estiverem as letras APOSENTADORIAAP, então os 15 primeiros quadrículos da linha seguinte conterão as letras OSENTADORIAAPOS.

Ao se chegar ao quadrículo mais abaixo e mais à direita, o processo é interrompido, sem que a escrita da última palavra fique completa, sendo que as 4 últimas letras dos 4 últimos quadrículos da última linha são

(A) ADOR.

(B) DORI.

(C) POSE.

(D) RIAA.

(E) TADO.

**41.** De acordo com a Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, dentre outras contingências, na forma da lei, a cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançadas.
- (B) É permitida a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- (C) Para fins de aposentadoria, não será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, não se admitindo a compensação financeira.
- (D) É permitida a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, nos termos de lei complementar, inclusive quanto a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria, exclusivamente, em favor dos segurados com 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher.
- (E) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano.

**42.** Segundo a Constituição Federal do Brasil, o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será

- (A) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (B) facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (C) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- (D) facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- (E) obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por decreto federal.

**43.** De acordo com o regramento constitucional, no regime de previdência privada complementar,

- (A) a lei ordinária assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.
- (B) as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.
- (C) a lei ordinária disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de planos de benefícios previdenciários, e as entidades de previdência complementar.
- (D) o decreto federal assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.
- (E) é permitido o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, inclusive na qualidade de patrocinador, situação na qual, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.

**44.** De acordo com a Constituição Federal do Brasil, é assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

- (A) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores urbanos, observado tempo mínimo de contribuição.
- (B) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- (C) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores urbanos, não observado tempo mínimo de contribuição.
- (D) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes não incluídos o produtor rural, nem tampouco, o garimpeiro e o pescador artesanal.
- (E) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

45. Segundo regramento constitucional a respeito da previdência social, organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social,
- (A) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
  - (B) nem todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.
  - (C) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor nominal, conforme critérios definidos na Constituição Federal do Brasil.
  - (D) é permitida a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
  - (E) a aposentadoria concedida ao segurado, de baixa renda, poderá ter valor inferior de 1 (um) salário-mínimo.
46. Estabelece a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a respeito dos planos de benefícios, que
- (A) as entidades de previdência complementar não poderão constituir reservas técnicas, provisões e fundos, ainda que, de conformidade com os critérios e normas fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.
  - (B) deverão constar dos regulamentos dos planos de benefícios, das propostas de inscrição e dos certificados de participantes condições mínimas a serem fixadas pelo Ministério da Previdência Social.
  - (C) os planos de benefícios atenderão a padrões mínimos fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, com o objetivo de assegurar transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.
  - (D) para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as entidades de previdência complementar deverão contratar operações de resseguro, por iniciativa própria ou por determinação do Ministério da Previdência Social.
  - (E) a aplicação dos recursos correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos das entidades de previdência complementar será feita conforme diretrizes estabelecidas pelo Banco Central.
47. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, o resultado superavitário dos planos de benefícios das entidades fechadas, ao final do exercício, satisfeitas as exigências regulamentares relativas aos mencionados planos, será destinado à constituição de reserva de contingência, para garantia de benefícios, até o limite de
- (A) cinquenta por cento do valor das reservas matemáticas.
  - (B) vinte e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.
  - (C) setenta e cinco por cento do valor das reservas matemáticas.
  - (D) quinze por cento do valor das reservas matemáticas.
  - (E) trinta por cento do valor das reservas matemáticas.
48. Segundo a Lei Complementar nº 109/2001 a respeito dos Planos de Benefícios de Entidades Abertas, assinale a alternativa correta.
- (A) É permitida à entidade aberta a contratação de plano coletivo com pessoa jurídica cujo objetivo principal seja estipular, em nome de terceiros, planos de benefícios coletivos.
  - (B) A implantação de um plano coletivo será celebrada mediante resolução, na forma, nos critérios, nas condições e nos requisitos mínimos a serem estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.
  - (C) É permitido, no caso de portabilidade, que os recursos financeiros transitem pelos participantes, sob qualquer forma e a transferência de recursos entre participantes.
  - (D) Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser individuais, quando acessíveis a quaisquer pessoas físicas, ou coletivos, quando tenham por objetivo garantir benefícios previdenciários a pessoas físicas vinculadas, direta ou indiretamente, a uma pessoa jurídica contratante.
  - (E) Observados os conceitos, a forma, as condições e os critérios fixados pelo Ministério da Previdência Social, é vedado aos participantes o direito à portabilidade, inclusive para plano de benefício de entidade fechada, e ao resgate de recursos das reservas técnicas, provisões e fundos, total ou parcialmente.

49. Segundo a Lei Complementar nº 108/2001, para o participante se tornar elegível a um benefício de prestação que seja programada e continuada, os planos de benefícios observarão carência mínima de
- (A) sessenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
  - (B) cento e oitenta contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
  - (C) noventa contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
  - (D) setenta e cinco contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
  - (E) noventa e cinco contribuições mensais a plano de benefícios e cessação do vínculo com o patrocinador.
50. De acordo com a Lei nº 14.653/2011, a estrutura organizacional da SP-PREVCOM será constituída de Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, sendo a Diretoria Executiva composta, no máximo, por
- (A) 3 (três) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
  - (B) 6 (seis) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
  - (C) 4(quatro) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
  - (D) 2 (dois) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
  - (E) 5 (cinco) membros nomeados pelo Conselho Deliberativo, mediante indicação do Governador do Estado.
51. Segundo a Lei nº 14.653/2011, o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública deverão solicitar a criação de plano de previdência complementar para seus membros e servidores, no prazo de
- (A) 90 (noventa) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
  - (B) 30 (trinta) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
  - (C) 15 (quinze) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
  - (D) 45 (quarenta e cinco) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
  - (E) 60 (sessenta) dias da data do início do funcionamento da SP-PREVCOM, onerando os recursos dos seus respectivos orçamentos.
52. A respeito das condições gerais dos planos de benefícios, assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Lei estadual nº 14.653/2011.
- (A) Não poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, o participante afastado a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - (B) Não poderá permanecer filiado ao respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, o participante que optar pelo benefício proporcional diferido ou pelo autopatrocínio, na forma estabelecida pelos órgãos regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar e no regulamento do plano de benefícios previdenciários complementares.
  - (C) Os benefícios não programados serão definidos no regulamento do respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, devendo ser assegurados, no mínimo, os benefícios decorrentes dos eventos de invalidez e de morte, que poderão ser contratados externamente ou assegurados pelo próprio plano de benefícios previdenciários complementares.
  - (D) Os benefícios programados serão definidos no regulamento do respectivo plano de benefícios previdenciários complementares, podendo ser assegurados, os benefícios decorrentes dos eventos de invalidez e de morte, que deverão ser contratados externamente, não podendo ser assegurados pelo próprio plano de benefícios previdenciários complementares.
  - (E) Para os planos em que seja patrocinador o Estado de São Paulo, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas, das Universidades, do Ministério Público e da Defensoria Pública, considera-se remuneração o valor do vencimento ou do salário do participante, não acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, incorporadas ou incorporáveis.

**53.** Segundo o Estatuto Social da SP-PREVCOM, aprovado pelo Decreto estadual nº 57.785/2012, assinale a alternativa que apresenta uma das atribuições do Diretor de Seguridade.

- (A) Coordenar e acompanhar, dentro do âmbito de cada Plano de Benefícios, o controle de avaliação de risco que tenha sido aprovado pela Diretoria Executiva.
- (B) Realizar reuniões de alinhamento com a equipe para correção de rumos e procedimentos e planejar formas de integração interna, com a finalidade de propiciar climas saudáveis ao bom desempenho das atividades funcionais.
- (C) Garantir o exercício da aplicação da Política da Segurança da Informação e Governança de Tecnologia da Informação na SP-PREVCOM, com aprimoramentos e atualizações contínuas.
- (D) Encaminhar ao órgão regulador e fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar o relatório mensal de benefícios e população, conforme exigido pela regulamentação aplicável.
- (E) Estabelecer canais de comunicação com entidades ligadas à Previdência Complementar, nacional e internacional, inclusive mediante filiação a associações, quando necessário.

**54.** Segundo a Resolução Previc nº 23/2023, nos procedimentos contábeis as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), considera-se Gestão Administrativa como

- (A) a atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e da mutação patrimonial do plano de benefícios de caráter assistencial, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) qualquer evento entre a data de encerramento do exercício e de sua publicação que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira ou econômica dos planos.
- (C) a atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial.
- (D) o recebimento de recursos do patrocinador para o custeio administrativo, no início de funcionamento da EFPC ou de plano de benefícios de caráter previdencial.
- (E) a atividade de registro e de controle das aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do PGA.

**55.** Segundo a Resolução Previc nº 23/2023, o plano de benefícios deve ser revisado até o final do exercício subsequente do exercício social que registrar a terceira apuração consecutiva de reserva especial, sendo que, na revisão obrigatória, deve ser destinado, no mínimo, o valor integral da reserva

- (A) especial registrado nos últimos 3 (três) exercícios.
- (B) geral registrado nos últimos 2 (dois) exercícios.
- (C) especial registrado no último exercício.
- (D) geral registrado nos últimos 5 (cinco) exercícios.
- (E) especial registrado nos últimos 6 (seis) exercícios.

**56.** Segundo a Lei nº 11.053/2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências, a partir de 1º de janeiro de 2005, os resgates, parciais ou totais, de recursos acumulados relativos a participantes dos planos nela referidos que não tenham efetuado a opção nela mencionada sujeitam-se à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de

- (A) 7,5% (sete e meio por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (B) 15% (quinze por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (C) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (D) 27,5% (vinte e sete vírgula cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.
- (E) 10% (dez por cento), como antecipação do devido na declaração de ajuste da pessoa física, calculado sobre os valores de resgate, no caso de planos de previdência, inclusive FAPI e os rendimentos, no caso de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

**57.** De acordo com a Resolução Previc nº 23/2023, os registros contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) devem

- (A) efetuar e manter seus registros contábeis em separado, de forma a possibilitar a independência do patrimônio e dos resultados, e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, mediante a utilização do desdobramento analítico das contas relativas à gestão assistencial, de acordo com o plano contábil e as práticas contábeis estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) registrar, quinzenalmente, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Passivo, e “Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa.
- (C) registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas” do “Exigível Previdencial”, no Ativo.
- (D) registrar, anualmente, no balancete de cada plano de benefícios de caráter previdencial, nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do plano de benefícios no fundo administrativo registrado na Gestão Previdencial.
- (E) ser realizados de forma que o patrimônio, as respectivas mutações e os resultados possam ser evidenciados de maneira individualizada, em relação aos planos de benefícios de caráter previdencial e assistencial e do plano de gestão administrativa.

**58.** De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, nos planos de benefícios de entidades fechadas,

- (A) não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.
- (B) é permitido que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.
- (C) podem ser oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.
- (D) a não utilização da reserva geral por dois exercícios consecutivos determinará a revisão obrigatória do plano de benefícios da entidade.
- (E) o regime financeiro de capitalização é facultativo para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas.

**59.** Segundo a Lei estadual nº 14.653/2011, a supervisão e fiscalização da SP-PREVCOM e de seus planos de benefícios previdenciários complementares compete ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, sem prejuízo das competências constitucionais

- (A) do Tribunal de Contas da União.
- (B) da Fazenda Pública Estadual.
- (C) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- (D) do Tribunal Regional Federal.
- (E) da Fazenda Pública Federal.

**60.** Consoante estabelece o regramento constitucional, a lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

Nesse caso, a aposentadoria concedida ao segurado

- (A) poderá ter valor de 1 (um) salário-mínimo.
- (B) terá valor de 2 (dois) salários-mínimos.
- (C) poderá ter valor de 2 (dois) salários-mínimos.
- (D) terá valor de 1 (um) salário-mínimo.
- (E) poderá ter valor de até 3 (três) salários-mínimos.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**61.** Sobre o princípio da segregação patrimonial nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A segregação patrimonial é um procedimento facultativo e gerencial, voltado exclusivamente para a transparência na prestação de contas aos participantes.
- (B) Em virtude do princípio do mutualismo, existe solidariedade entre os diferentes planos de benefícios administrados por uma mesma entidade, permitindo que recursos de um plano cubram obrigações de outro.
- (C) A contabilidade das EFPC deve ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial de cada Plano de Benefícios (Previdenciais e Assistenciais) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), segregando patrimônio, mutações e resultados.
- (D) O patrimônio dos planos de autogestão assistencial pode ser utilizado de forma intercambiável com o patrimônio dos planos previdenciários, desde que ambos atendam ao mesmo grupo de participantes.
- (E) A inscrição de cada plano no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) tem fins apenas cadastrais e não possui impacto na segurança jurídica do patrimônio segregado.

**62.** No que concerne às melhores práticas contábeis para o Realizável de Investimentos em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A identificação dos perfis de investimentos e dos prazos de realização é um procedimento de controle interno que possui finalidade administrativa, sem relação direta com a análise de liquidez e solvência do plano de benefícios.
- (B) Os ativos financeiros devem ser registrados de forma segregada por plano, com o maior detalhamento possível; contudo, caso essa segregação seja impossível, a entidade deve evidenciar em notas explicativas os critérios de cotização e os riscos das carteiras.
- (C) A avaliação de ativos imobiliários deve ocorrer em intervalos de 24 meses para garantir que a contabilidade reflita o valor de mercado, salvo em situações de extrema volatilidade econômica.
- (D) Nos segmentos de créditos privados e renda variável, a quantificação de valores deve focar na rentabilidade bruta, sendo recomendável omitir a exposição a ativos vinculados ao patrocinador para evitar conflitos de interesse.
- (E) As análises contábeis de conformidade devem focar na convergência entre os valores registrados e as informações gerenciais internas, sendo a validação com dados do agente custodiante uma etapa facultativa do processo de controle.

**63.** No que diz respeito ao reconhecimento de perdas no valor recuperável e à constituição de provisões em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) O reconhecimento da perda por desvalorização de um ativo financeiro deve ser efetuado quando o valor de recuperação estimado for superior ao valor contábil registrado, desconsiderando-se o efeito do tempo sobre o dinheiro.
- (B) Para ativos não financeiros, como contribuições previdenciais em atraso e contratos de dívidas de patrocinadores, as provisões para perdas devem ser registradas como uma conta redutora da respectiva rubrica contábil no ativo.
- (C) Caso o gestor de um fundo de investimento onde a EFPC aplica recursos não realize o provisionamento de um ativo com evidências de perda, a entidade fica impedida de reconhecer esse ajuste em seu próprio balancete para evitar divergências de custódia.
- (D) A existência de uma investigação por autoridades brasileiras (como a Polícia Federal) sobre determinado ativo é um fato relevante para monitoramento, mas não pode ser utilizada como indício para o reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável.
- (E) A entidade deve manter relatórios de conciliação e composição dos montantes provisionados, sendo facultativo o detalhamento das métricas de risco ou das ações que estão sendo executadas para a recuperação dos valores.

**64.** No que se refere ao tratamento contábil dos Ativos Contingentes em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) Os ativos contingentes devem ser registrados no Balanço Patrimonial como direitos realizáveis sempre que a entrada de benefícios econômicos for avaliada pela administração como provável.
- (B) Um ativo contingente é definido como um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que estão sob o controle total da EFPC.
- (C) O reconhecimento contábil de um ativo contingente ocorre quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, momento em que o item deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido como um ativo no Balanço Patrimonial.
- (D) A divulgação da natureza e da estimativa do efeito financeiro dos ativos contingentes em notas explicativas é um procedimento exigido para situações em que a probabilidade de entrada de recursos seja considerada remota.
- (E) O registro antecipado de ativos contingentes é uma prática recomendada para fortalecer o equilíbrio técnico dos planos de benefícios, evitando a necessidade de equacionamento de déficits por gerações futuras.

**65.** Em relação às diretrizes para elaboração e divulgação de Notas Explicativas em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A divulgação da natureza dos ativos e passivos contingentes em notas explicativas deve ser realizada em situações onde a probabilidade de entrada ou saída de recursos seja considerada remota ou possível.
- (B) Os fundos previdenciais têm como objetivo principal o reconhecimento de perdas estimadas em ativos, enquanto as provisões técnicas são constituídas com finalidade específica, definida exclusivamente pelo profissional de contabilidade.
- (C) A evidenciação das provisões para perdas por ativo, acompanhada do saldo do exercício anterior, constitui uma prática meramente recomendada, voltada para entidades com alto volume de investimentos em renda variável.
- (D) As notas explicativas devem manter consonância com o parecer atuarial dos planos e é recomendável a divulgação de um quadro-resumo com as principais hipóteses atuariais devido à sua influência na estimativa dos compromissos previdenciários.
- (E) Na descrição textual dos contratos de dívidas de patrocinadores, a entidade deve apresentar um resumo focado no saldo devedor atualizado, sendo dispensável detalhar os juros pactuados ou a quantidade de parcelas.

**66.** No que se refere à constituição do fundo administrativo compartilhado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), conforme as diretrizes da Resolução CNPC nº 62/2024, assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência de recursos do estoque do fundo administrativo dos planos de benefícios constituído antes de 31 de dezembro de 2024 para o fundo compartilhado pode ser realizada de forma integral, sem a observância de limites percentuais ou nominais.
- (B) O fundo administrativo compartilhado pode ser composto pela destinação antecipada de até 50% das receitas da gestão administrativa não classificadas como receitas diretas, desde que aprovado pelo conselho fiscal.
- (C) Em situações de fusão, cisão ou incorporação da entidade, os valores registrados no fundo administrativo compartilhado devem ser obrigatoriamente revertidos aos planos de benefícios sob a forma de redução de contribuições.
- (D) A autorização para a constituição do fundo administrativo compartilhado é condicionada à segregação prévia de valores para o funcionamento da entidade e para a operação dos planos de benefícios por ela administrados, pelo período mínimo dos próximos doze meses.
- (E) As entidades que possuem saldo no fundo administrativo inferior a R\$ 10.000.000,00 podem destinar ao fundo compartilhado até R\$ 3.000.000,00.

**67.** No que se refere aos parâmetros mínimos para a constituição de provisão para perda sobre créditos vencidos e vincendos em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) O reconhecimento da perda deve iniciar-se imediatamente após o primeiro dia de atraso, com a constituição de uma provisão mínima de 1%.
- (B) Para créditos que apresentem atraso no recebimento de parcelas ou encargos entre 91 e 120 dias, a norma exige uma provisão mínima de 20%.
- (C) A provisão para perda sobre as contribuições em atraso dos planos de benefícios deve incidir sobre o valor total projetado no plano de custeio anual, incluindo as parcelas vincendas do exercício.
- (D) Créditos com atraso superior a 240 dias devem ser integralmente provisionados em 100%, visando garantir a prudência nas demonstrações contábeis.
- (E) A entidade deve constituir uma provisão mínima de 50% para valores cujos atrasos estejam compreendidos no intervalo entre 181 e 240 dias.

**68.** No que se refere aos prazos de validade e à periodicidade do estudo técnico de adequação das hipóteses atuariais em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) O estudo técnico de adequação apresenta validade geral máxima de seis anos para todas as premissas demográficas e financeiras, contados da data de sua realização.
- (B) A hipótese de taxa real anual de juros deve ser fundamentada em estudo técnico com validade específica de quatro anos, visando à estabilidade do plano de custeio.
- (C) O estudo técnico de adequação possui validade geral máxima de três anos, contados da data de sua realização, observando-se o prazo de validade específica de um ano para a hipótese de taxa real anual de juros.
- (D) O prazo de validade para o estudo da hipótese de tabela de mortalidade geral é de dois anos quando o plano de benefícios utiliza tabelas geracionais com escala de melhoria de longevidade.
- (E) A atualização do estudo técnico de adequação na ocorrência de fatos relevantes que ensejem nova avaliação atuarial é um procedimento facultativo, desde que a validade geral de três anos não tenha expirado.

**69.** No que concerne às normas para elaboração, aprovação e transparência do Orçamento nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) As EFPC devem elaborar orçamento anual para o exercício seguinte, o qual deve ser aprovado pelo conselho deliberativo e contemplar as projeções das fontes de custeio e das despesas da gestão administrativa.
- (B) A aprovação final do orçamento anual e plurianual é atribuição do conselho fiscal, enquanto a diretoria executiva detém a responsabilidade de fiscalizar a execução orçamentária e os indicadores de gestão.
- (C) A constituição de fundo administrativo compartilhado obriga a entidade a elaborar orçamento plurianual abrangendo os cinco exercícios subsequentes ao período orçamentário corrente.
- (D) As entidades devem manter o orçamento anual sob sigilo estratégico, sendo vedada a sua disponibilização em sítio eletrônico na internet para evitar a exposição de planos de fomento e inovação a concorrentes.
- (E) O orçamento deve contemplar a projeção do resultado dos investimentos vinculados ao plano de gestão administrativa, sendo a projeção das despesas administrativas um elemento facultativo do instrumento de planejamento.

**70.** No que tange à atuação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) como responsáveis tributárias e ao cumprimento de suas obrigações acessórias, assinale a alternativa correta.

- (A) A opção pelo regime de tributação regressiva, cujas alíquotas decrescem conforme o tempo de acumulação, deve ser adotada por todos os participantes vinculados a planos de Benefício Definido (BD), sendo essa escolha irrevogável no momento da adesão.
- (B) A Taxa de Fiscalização e Controle (TAFIC), instituída pelo poder de polícia da Previc, deve ser recolhida mensalmente pelas entidades, utilizando como base de cálculo o somatório das contribuições recebidas dos patrocinadores no mês de referência.
- (C) Na contratação de serviços de terceiros para a gestão administrativa, como limpeza e vigilância, a EFPC deve reter o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) mediante a aplicação da alíquota de 5% sobre o valor bruto da prestação de serviços.
- (D) Na condição de substituta tributária, a EFPC está obrigada a reter o Imposto de Renda sobre o pagamento de benefícios, resgates e folha de salários, devendo reportar essas informações ao Fisco por meio de obrigações acessórias aplicáveis.
- (E) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), incidente sobre a folha de pagamento dos funcionários do quadro próprio da entidade, deve ser recolhido mensalmente à Caixa Econômica Federal mediante a aplicação da alíquota de 11% sobre o valor bruto.

71. No que concerne aos procedimentos de escrituração e avaliação de investimentos imobiliários, conforme as diretrizes da Resolução Previc nº 23/2023, assinale a alternativa correta.

- (A) No reconhecimento inicial, os investimentos em imóveis devem ser registrados pelo seu valor justo de mercado, desconsiderando-se os custos de transação e tributos incidentes para fins de simplificação patrimonial.
- (B) O resultado da mensuração dos imóveis pelo valor justo deve ser contabilizado de uma única vez na conta do respectivo ativo, tendo como contrapartida conta de resultado, fundamentado em laudo técnico de avaliação emitido anualmente.
- (C) Previamente à alienação de um imóvel, a entidade deve apresentar, no mínimo, dois laudos técnicos de avaliação que contenham a identificação detalhada do bem e a segregação entre os valores do terreno e das edificações.
- (D) Os gastos relativos a benfeitorias realizadas em imóveis de investimento devem ser registrados integralmente como despesas administrativas no Plano de Gestão Administrativa no mês de sua ocorrência.
- (E) O registro dos aluguéis de imóveis de uso próprio deve ocorrer mediante o ajuste direto no custo de aquisição do bem no Ativo Imobilizado, sendo dispensado o trânsito por contas de resultado das gestões.

72. No que concerne às normas para a contabilização da depreciação, amortização e gastos com implantação de planos em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A depreciação do Imobilizado e a amortização do Intangível devem ser contabilizadas mensalmente como redutoras dos ativos, contra despesas do Plano de Gestão Administrativa, observando-se o prazo máximo de sessenta meses para a amortização de gastos com implantação de novos planos.
- (B) O registro contábil da depreciação e da amortização deve ocorrer anualmente por ocasião do encerramento do exercício social, de forma a coincidir com a avaliação atuarial e a demonstração de resultados.
- (C) Os gastos incorridos com a implantação de novos planos de benefícios de caráter previdencial podem ser amortizados no prazo máximo de cento e vinte meses, contados da data de autorização da Previc.
- (D) A contabilização da amortização do intangível e da depreciação do imobilizado fica condicionada à existência de resultado superavitário no Plano de Gestão Administrativa (PGA) no período de referência.
- (E) A contrapartida do registro da depreciação do imobilizado deve ser lançada como uma dedução direta do Patrimônio Social do plano de benefícios, visando refletir o desgaste dos bens utilizados na gestão previdencial.

**73.** No que concerne às diretrizes de auditoria de patrocinador e às responsabilidades dos patrocinadores públicos em relação às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) Os patrocinadores públicos devem solicitar auditorias internas com periodicidade mínima obrigatória de cinco anos, concentrando a avaliação na política de investimentos e na gestão de ativos de terceiros.
- (B) Na ocorrência de irregularidades relatadas em auditorias de gestão, a EFPC deve manter o relatório em sigilo estratégico, ficando dispensada de apresentar planos de ação aos seus conselhos deliberativo e fiscal.
- (C) Os patrocinadores públicos devem manter controle sobre a apuração, os descontos em folha de pagamentos e o repasse de contribuições aos planos de benefícios administrados pelas EFPC, definindo a metodologia de apuração e as regras para o repasse.
- (D) Nos casos em que o patrocinador possua empregados cedidos à EFPC, a entidade deve suportar integralmente os custos salariais, sendo recomendada a inexistência de mecanismos de ressarcimento ao patrocinador.
- (E) A análise de potenciais riscos de fraudes, corrupção e a verificação de controles relativos a pessoas politicamente expostas são temas de competência alheia ao escopo da auditoria de patrocinador.

**74.** No que concerne aos requisitos e diretrizes para o funcionamento do Comitê de Auditoria (Coaud) nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) A constituição do Comitê de Auditoria deve ser realizada por todas as entidades de forma padronizada, sendo desconsiderados fatores como o porte ou o modelo de negócio para assegurar a isonomia regulatória.
- (B) Compete exclusivamente à Diretoria Executiva a escolha dos membros do Comitê de Auditoria, os quais podem ser dispensados de qualificação técnica específica desde que possuam vínculo empregatício com a patrocinadora.
- (C) O regimento interno do Comitê de Auditoria, que define suas competências e responsabilidades, deve ser aprovado de forma autônoma pelos próprios membros do comitê para garantir a total isenção frente aos demais órgãos.
- (D) O plano de trabalho do Comitê de Auditoria deve incluir o planejamento de reuniões com as auditorias interna e externa, além de prever a interação com as áreas de atuária, investimentos, controle interno, controladoria e contabilidade.
- (E) A atuação do Comitê de Auditoria deve ser estritamente isolada dos demais órgãos de governança da entidade, evitando-se o compartilhamento de informações para não comprometer a independência das linhas de defesa.

**75.** No que concerne aos procedimentos de escrituração e controle das operações de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos, assinale a alternativa correta.

- (A) As taxas de administração cobradas nas operações de empréstimos são consideradas recursos de natureza extrapatrimonial, ficando a entidade dispensada de realizar qualquer registro contábil desses valores, os quais devem ser geridos exclusivamente por meio de controles informais.
- (B) O registro das operações de empréstimos deve contemplar o valor nominal do principal, sendo que a apropriação dos encargos financeiros contratados deve ocorrer obrigatoriamente em contas de compensação até a liquidação da dívida.
- (C) A constituição de fundos de cobertura de riscos para operações com participantes é um procedimento vedado pela norma atuarial, devendo eventuais inadimplências ser suportadas integralmente pelas Reservas de Contingência do plano.
- (D) Os sistemas de controles internos relativos aos empréstimos devem garantir a integridade dos saldos globais, sendo a identificação individualizada dos tomadores e das respectivas garantias um requisito exigível para fins de notas explicativas anuais.
- (E) As parcelas de empréstimos descontadas dos participantes pelos patrocinadores e não repassadas à entidade nos prazos estabelecidos devem ser devidamente provisionadas em conta analítica no grupo "Operações com Participantes", incluindo-se nesse registro os juros e multas devidos pelo atraso.

Considere o enunciado a seguir para responder às questões **76 e 77**:

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) administra dois planos de benefícios: o Plano Estrela e o Plano Cometa. Para o exercício atual, a entidade registrou um total de R\$ 1.000.000,00 em despesas administrativas comuns que devem ser rateadas. Seguindo a metodologia de quatro etapas, foram definidos os seguintes critérios:

Etapa 1 (Ponderação por Gestão): definiu-se que 40% do esforço administrativo é voltado para a "Administração do Passivo" (Gestão Previdencial) e 60% para a "Administração do Ativo" (Gestão de Investimentos).

Etapa 2 (Rateio do Passivo): com base no número ponderado de participantes e assistidos, o Plano Estrela absorve 70% dos custos deste centro.

Etapa 3 (Rateio do Ativo): com base no volume de recursos garantidores e indicadores de risco, o Plano Estrela absorve 30% dos custos deste centro.

**76.** Considerando a 4ª etapa (segregação final), qual o valor total da despesa administrativa comum que deve ser alocado ao Plano Estrela (em R\$)?

- (A) 460.000
- (B) 500.000
- (C) 540.000
- (D) 280.000
- (E) 180.000

**77.** Dentro do rateio de despesas comuns, qual o valor específico que o Plano Estrela deve suportar referente exclusivamente à Administração do Passivo (Gestão Previdencial) (em R\$)?

- (A) 700.000
- (B) 400.000
- (C) 280.000
- (D) 120.000
- (E) 460.000

Considere o enunciado a seguir para responder às questões 78 e 79:

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) está finalizando o balanço do exercício e submete três contingências jurídicas à análise de seus consultores, para fins de registro e divulgação:

Cenário 1 (Reflexos de Reclamatória Trabalhista): um grupo de assistidos obteve ganho de causa contra o patrocinador em verbas salariais. Agora, pleiteiam o reflexo dessas verbas no cálculo da complementação de aposentadoria paga pela EFPC. Com base na jurisprudência firmada e na fase do processo, a assessoria jurídica classifica o risco de perda como provável e o cálculo atuarial permite uma estimativa confiável da obrigação.

Cenário 2 (Revisão de Contrato de Financiamento Imobiliário): mutuários questionam as taxas de juros aplicadas em seus contratos de crédito. Os advogados avaliam que a tese da entidade é sustentável, mas há decisões conflitantes nos tribunais, classificando a probabilidade de perda como possível.

Cenário 3 (Multa Administrativa da Previc): a autarquia aplicou uma sanção por erro formal em relatórios de investimentos. A entidade apresentou defesa demonstrando que o erro foi do sistema do órgão regulador. Os peritos avaliam a chance de saída de recursos como remota.

78. Considerando o Cenário 1, assinale a alternativa que está de acordo com o tratamento contábil obrigatório para a Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

- (A) A entidade deve reconhecer uma provisão no passivo exigível contingencial pelo valor da melhor estimativa do desembolso e divulgar em notas explicativas a natureza da obrigação.
- (B) A obrigação deve ser registrada como um passivo contingente apenas em contas de compensação, aguardando o trânsito em julgado para o reconhecimento patrimonial.
- (C) O valor deve ser contabilizado como uma redução direta das provisões matemáticas de benefícios a conceder, de forma a anular o efeito no equilíbrio técnico do plano.
- (D) Por se tratar de um reflexo de ação movida originalmente contra o patrocinador, a EFPC não realiza registros ou divulgações, cabendo ao patrocinador o provisionamento integral.
- (E) A EFPC deve divulgar a demanda em notas explicativas sem efetuar o provisionamento no balanço, visando preservar a liquidez imediata dos ativos garantidores.

79. No que se refere à transparência e aos registros para os cenários 2 e 3, assinale a alternativa que descreve os procedimentos corretos.

- (A) As demandas com risco possível são registradas no ativo realizável como direito de regresso contra o mutuário; os riscos remotos são contabilizados como operações transitórias.
- (B) Ambos os cenários devem ser provisionados no passivo para garantir a solvência atuarial do plano, variando a forma de descrição nas notas explicativas.
- (C) O cenário 2 exige o registro de uma reserva especial no patrimônio social; o cenário 3 deve ser reportado no Relatório da Diretoria como um risco operacional.
- (D) O cenário 2 é classificado como um passivo circulante de curto prazo; o cenário 3 é registrado como um ativo contingente em virtude da alta probabilidade de anulação da multa.
- (E) O cenário 2 não exige reconhecimento no balanço, devendo ser objeto de divulgação em notas explicativas; o cenário 3 dispensa tanto o reconhecimento quanto a divulgação.

80. De acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNPC nº 62/2024, assinale a alternativa que indica corretamente as fontes de custeio para cobertura das despesas da gestão administrativa dos planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

- (A) Receitas da gestão administrativa (como taxas de administração e carregamento, doações e dotações iniciais), o resultado do investimento dos recursos vinculados ao plano de gestão administrativa e a utilização do saldo acumulado pelos fundos administrativos.
- (B) Recursos provenientes da reversão de provisões matemáticas de benefícios a conceder que tenham sido extintas por perda de elegibilidade do participante, devendo o montante ser integralmente transferido ao custeio administrativo.
- (C) Dotações orçamentárias anuais repassadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) para o ressarcimento dos gastos operacionais realizados pelas entidades enquadradas como S1.
- (D) Parcelas do patrimônio de cobertura dos planos de benefícios que excedam o limite de solvência técnica, desde que o conselho fiscal autorize a transposição desses valores para o fundo administrativo compartilhado.
- (E) Receitas de corretagem e comissões recebidas pela EFPC na comercialização de produtos de seguros e capitalização de empresas parceiras, sendo vedado o uso de taxas de carregamento sobre as contribuições mensais.

- 81.** De acordo com as diretrizes de controle e transparência estabelecidas na Resolução CNPC nº 62/2024, os indicadores de gestão para acompanhamento, comparação e controle devem evidenciar, no mínimo:
- (A) a taxa de administração em relação ao ativo imobilizado e as despesas com fomento e inovação em relação ao passivo contingencial total da entidade.
  - (B) as despesas com pessoal em relação às despesas da gestão administrativa totais e a evolução dos fundos administrativos registrados pela entidade.
  - (C) o resultado líquido dos investimentos em relação à meta atuarial estabelecida e o índice de satisfação anual dos participantes e assistidos.
  - (D) a taxa de carregamento em relação ao número de novos planos implementados no exercício e o custo médio operacional por atendimento realizado.
  - (E) as despesas administrativas em relação ao lucro líquido anual do patrocinador e o saldo atualizado do fundo de reserva de contingência atuarial.
- 82.** No que concerne aos procedimentos de escrituração e avaliação das operações com instrumentos financeiros derivativos, assinale a alternativa correta.
- (A) Os ativos adquiridos ou alienados em operações a termo devem ser contabilizados pelo seu valor nominal total na data da liquidação, sendo vedado o ajuste a valor presente das parcelas vincendas.
  - (B) Os desembolsos relativos a taxas de corretagem e emolumentos incorridos na contratação de derivativos devem ser incorporados ao custo de aquisição do instrumento para fins de amortização futura.
  - (C) Os prêmios pagos ou recebidos em operações com opções devem ser mantidos em contas de compensação, sendo o registro patrimonial obrigatório no Ativo ou Passivo no momento do exercício da opção.
  - (D) No registro das diferenças entre o valor contábil e o valor de mercado, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem realizar a compensação entre as receitas e despesas apuradas em contratos de derivativos distintos para fins de demonstração líquida.
  - (E) O registro dos títulos e outros ativos dados em garantia de operações com derivativos deve ocorrer em contas analíticas dos próprios ativos que destaquem a vinculação, mantendo-se os critérios originais de avaliação.
- 83.** No que se refere ao processamento, prazo e envio das informações contábeis pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), assinale a alternativa correta.
- (A) Os balancetes mensais do plano de benefícios e do plano de gestão administrativa devem ser enviados à Previc, de forma individualizada, até o décimo dia útil do mês subsequente ao de referência.
  - (B) As demonstrações contábeis enviadas por meio eletrônico podem ser assinadas exclusivamente pelos dirigentes responsáveis pelas informações, sendo opcional a identificação do profissional de contabilidade no sistema.
  - (C) O relatório circunstanciado sobre deficiências de controles internos e o relatório para propósito específico devem ser elaborados e aprovados pelos órgãos estatutários até o dia 31 de março do exercício social subsequente.
  - (D) As EFPC devem enviar as demonstrações contábeis anuais, o parecer do conselho fiscal e a manifestação do conselho deliberativo até o dia 31 de março, ressalvado que os balancetes do último trimestre do exercício devem ser entregues até o último dia de fevereiro.
  - (E) O envio das informações extracontábeis, relativas à competência de junho de cada exercício, é um procedimento facultativo para entidades enquadradas nos segmentos S3 e S4.

Considere o enunciado a seguir para responder às questões de **84 a 86**:

Um plano de benefícios na modalidade de Contribuição Variável (CV) apresenta os seguintes dados financeiros ao final do exercício de 20X1 (valores em R\$):

Ativo Líquido no início do exercício: 150.000

Ativo Total ao final do exercício: 215.000

Exigível Operacional ao final do exercício: 8.000

Exigível Contingencial ao final do exercício: 4.000

Operações Transitórias (Passivo) ao final do exercício: 3.000

Adições Previdenciais durante o ano:

Contribuições (Patrocinador e Participantes): 25.000

Resultado Positivo Líquido dos Investimentos: 18.000

Portabilidade (Entradas): 2.000

Destinações Previdenciais durante o ano:

Benefícios Pagos: 12.000

Resgates e Portabilidade (Saídas): 5.000

Custeio Administrativo (Repasse ao PGA): 1.000

**84.** Qual o valor do Ativo Líquido do plano ao final do exercício (em R\$)?

- (A) 215.000
- (B) 203.000
- (C) 200.000
- (D) 207.000
- (E) 230.000

**85.** Qual o valor total das Adições a ser reportado na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) do exercício (em R\$)?

- (A) 25.000
- (B) 43.000
- (C) 45.000
- (D) 20.000
- (E) 27.000

**86.** Qual o valor do Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (resultado das movimentações do ano) apurado na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) (em R\$)?

- (A) 27.000
- (B) 45.000
- (C) 18.000
- (D) 50.000
- (E) 32.000

**87.** No que se refere à distin o estrutural e funcional entre a Gestão Previdencial e a Gestão Administrativa no Plano de Contas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro das despesas com benefícios de presta o continuada, como aposentadorias e pensões, deve ser efetuado no grupo de Gestão Administrativa, por representar um desembolso operacional da entidade.
- (B) As contribui es correntes de patrocinadores e participantes destinadas à forma o de reservas para benefícios futuros são classificadas como Receitas no grupo de Gestão Administrativa.
- (C) O Ativo Realizável da Gestão Previdencial contempla as contas de recursos a receber relativos a contribui es do mês, enquanto o Realizável da Gestão Administrativa registra, entre outros itens, a participa o no Plano de Gestão Administrativa (PGA).
- (D) O Exigível Contingencial da Gestão Previdencial destina-se ao registro de provisões para gastos com pessoal próprio e encargos sociais da entidade.
- (E) O grupo de Gestão Previdencial registra exclusivamente as rendas e varia es positivas dos investimentos, enquanto o grupo de Gestão Administrativa registra o fluxo negativo desses mesmos ativos.

88. No que se refere à estrutura do grupo – Patrimônio Social no Plano de Contas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assinale a alternativa correta.

- (A) O Patrimônio Social é subdividido inicialmente em três grandes grupos: Provisões Matemáticas, Equilíbrio Técnico e Gestão Administrativa.
- (B) As subcontas Provisões Matemáticas e Equilíbrio Técnico compõem o grupo denominado Patrimônio de Cobertura do Plano.
- (C) O grupo – Fundos é composto exclusivamente por Fundos Previdenciais, sendo os Fundos Administrativos classificados no Passivo Exigível Operacional.
- (D) O Equilíbrio Técnico contempla apenas os resultados positivos (superávit), enquanto os resultados negativos (déficit) são registrados como redução do Ativo Realizável.
- (E) As Provisões Matemáticas a Constituir, que incluem o equacionamento de déficit a integralizar, são classificadas como subcontas do grupo – Fundos.

89. No que concerne às diretrizes do Plano de Contas para o registro e a demonstração do superávit e do déficit técnico em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), assinale a alternativa correta.

- (A) O “Déficit Técnico Acumulado” deve ser registrado no Ativo Realizável como um recurso previdencial a receber, uma vez que representa um direito do plano de ser recomposto pelos patrocinadores e participantes.
- (B) A conta “Superávit Técnico Acumulado” integra o Passivo Exigível Operacional, pois consiste em um valor que a entidade obrigatoriamente devolverá aos assistidos no curto prazo.
- (C) A variação apurada entre o patrimônio de cobertura e as provisões matemáticas ao final do exercício é registrada na Gestão Previdencial por meio da conta “Superávit/Déficit Técnico”.
- (D) O “Equacionamento de Déficit a Integralizar” é classificado contabilmente como uma subconta do grupo “Fundos Previdenciais”.
- (E) Os valores referentes à “Destinação de Superávit” são registrados no grupo de Fluxo dos Investimentos, dado que o superávit decorre exclusivamente da rentabilidade dos ativos financeiros.

Considere os seguintes saldos de um Plano de Benefícios ao final do exercício (em R\$) para responder às questões de 90 a 92:

| Código da Conta     | Nome da Conta                                | Valor (R\$) |
|---------------------|----------------------------------------------|-------------|
| 1.02.01.01.01.01.00 | Patrocinador(es) – Contribuições do Mês      | 100.000     |
| 2.01.01.01.00.00.00 | Benefícios a Pagar                           | 45.000      |
| 3.01.01.01.01.00.00 | Contribuições Normais (Patrocinador)         | 80.000      |
| 2.02.01.01.00.00.00 | Provisão (Gestão Previdencial)               | 30.000      |
| 1.02.03.01.01.01.01 | Tesouro IPCA / NTN-B                         | 500.000     |
| 1.01.01.00.00.00.00 | Imediato (Disponível)                        | 15.000      |
| 2.01.02.01.00.00.00 | Contas a Pagar (Gestão Administrativa)       | 12.000      |
| 4.02.01.01.03.01.00 | Remuneração Fixa (Pessoal Próprio)           | 25.000      |
| 1.02.01.01.02.99.00 | (-) Provisão para Perdas                     | (2.000)     |
| 2.02.02.01.00.00.00 | Provisão (Gestão Administrativa)             | 10.000      |
| 5.01.01.01.01.01.00 | Tesouro IPCA / NTN-B (Rendas Positivas)      | 55.000      |
| 1.02.02.03.00.00.00 | Participação no PGA                          | 20.000      |
| 2.01.03.09.01.00.00 | Saldos Bancários Negativos                   | 5.000       |
| 2.03.01.01.01.01.01 | Saldo de Contas dos Assistidos – Constituído | 1.200.000   |
| 1.03.01.01.01.00.00 | Bens Móveis                                  | 40.000      |
| 2.02.03.01.00.00.00 | Provisão (Investimentos)                     | 15.000      |
| 3.02.01.01.00.00.00 | Aposentadoria Programada                     | 60.000      |
| 2.01.01.06.00.00.00 | Valores Previdenciais a Repassar ao PGA      | 3.000       |
| 1.02.03.03.01.00.00 | Ações                                        | 150.000     |
| 2.01.03.11.00.00.00 | Retenções de Tributos a Recolher (Invest)    | 8.000       |
| 4.01.02.01.00.00.00 | Custeio Administrativo (Receita)             | 22.000      |
| 2.03.01.02.01.01.01 | Reserva de Contingência                      | 100.000     |
| 5.02.04.04.00.00.00 | Cotas de Classes de Fundo de Ações (Dedução) | 18.000      |
| 2.03.02.01.01.00.00 | Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar | 50.000      |
| 2.01.01.02.00.00.00 | Retenções a Recolher (Previdencial)          | 7.000       |
| 1.02.01.01.01.03.00 | Participantes – Contribuições do Mês         | 60.000      |

- 90.** Com base nos saldos apresentados, qual o valor total do Ativo Realizável (em R\$)?
- (A) 830.000
  - (B) 828.000
  - (C) 883.000
  - (D) 843.000
  - (E) 808.000
- 91.** Qual o valor total do Passivo Exigível Operacional (em R\$)?
- (A) 75.000
  - (B) 80.000
  - (C) 135.000
  - (D) 60.000
  - (E) 77.000
- 92.** Qual o valor total do Passivo Exigível Contingencial (em R\$)?
- (A) 55.000
  - (B) 40.000
  - (C) 30.000
  - (D) 45.000
  - (E) 25.000
- 93.** Considere os seguintes saldos contábeis de um determinado Plano de Benefícios de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) ao final de um exercício:
- Ativo Total: R\$ 2.000.000  
Passivo Exigível Operacional: R\$ 150.000  
Passivo Exigível Contingencial: R\$ 50.000  
Fundo Previdencial: R\$ 300.000  
Fundo Administrativo: R\$ 80.000  
Fundo de Garantia das Operações com Participantes: R\$ 20.000
- Com base nessas informações, o valor do Patrimônio de Cobertura desse plano é (em R\$):
- (A) 2.000.000
  - (B) 1.850.000
  - (C) 1.800.000
  - (D) 1.500.000
  - (E) 1.400.000

Considere o enunciado a seguir para responder às questões de **94 a 96**:

**R A S C U N H O**

Um Plano de Benefícios na modalidade de Benefício Definido (BD) apresenta os seguintes dados ao final do exercício de 202X:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 50.000.000

Provisões Matemáticas: R\$ 45.000.000

Ajuste de Precificação (Títulos Marcados na Curva/HTM):  
R\$ 3.000.000 (valor positivo)

Duração do Passivo (Duration): 9 anos

- 94.** Qual o valor do Equilíbrio Técnico desse plano e sua respectiva classificação (em R\$)?
- (A) 5.000.000 (Déficit Técnico Acumulado).
  - (B) 8.000.000 (Superávit Técnico Acumulado).
  - (C) 5.000.000 (Superávit Técnico Acumulado).
  - (D) 3.000.000 (Déficit Técnico Acumulado).
  - (E) 3.000.000 (Superávit Técnico Acumulado).
- 95.** Qual o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado a ser considerado para fins de solvência, conforme as normas vigentes (em R\$)?
- (A) 5.000.000
  - (B) 2.000.000
  - (C) 3.000.000
  - (D) 8.000.000
  - (E) 53.000.000
- 96.** Utilizando a duração do passivo (duration) informada, qual o limite máximo legal para a constituição da Reserva de Contingência desse plano (em R\$)?
- (A) 11.250.000
  - (B) 8.550.000
  - (C) 4.500.000
  - (D) 4.050.000
  - (E) 9.000.000

**97.** Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) registra em seu balancete mensal três créditos vencidos de naturezas distintas. Os valores nominais e os respectivos tempos de atraso no recebimento do principal ou encargos são os seguintes:

Crédito A: R\$ 300.000, com 45 dias de atraso.

Crédito B: R\$ 500.000, com 110 dias de atraso.

Crédito C: R\$ 200.000, com 200 dias de atraso.

De acordo com os critérios mínimos de provisionamento estabelecidos na Resolução nº 23/2023, qual o valor total da provisão para perda que deve ser constituído como conta redutora desses ativos (em R\$)?

- (A) 1.000.000
- (B) 153.000
- (C) 253.000
- (D) 250.000
- (E) 103.000

Considere o enunciado a seguir para responder às questões de **98 a 100**:

A EFPC “Futuro Sustentável” está adequando sua estrutura administrativa às novas normas da Resolução CNPC nº 62/2024. A entidade apresenta os seguintes dados financeiros e operacionais:

1. Estoque de recursos no fundo administrativo dos planos de benefícios (constituído anteriormente a 31 de dezembro de 2024): R\$ 400.000.000.
2. Somatório atualizado de todos os seus fundos administrativos (fundo compartilhado + fundos dos planos de benefícios): R\$ 600.000.000.
3. Um plano de benefícios regido pela Lei Complementar nº 108/2001, que possui um montante de recursos garantidores de R\$ 2.500.000.000.

**98.** De acordo com as regras de transição, qual o valor máximo do estoque (item 1) que o conselho deliberativo pode autorizar para a constituição inicial do fundo administrativo compartilhado (em R\$)?

- (A) 20.000.000
- (B) 40.000.000
- (C) 50.000.000
- (D) 60.000.000
- (E) 100.000.000

**99.** Considerando o somatório total dos fundos da entidade (item 2), qual o limite máximo global que o saldo do fundo administrativo compartilhado não poderá ultrapassar (em R\$)?

- (A) 60.000.000
- (B) 120.000.000
- (C) 150.000.000
- (D) 180.000.000
- (E) 200.000.000

**100.** Para o plano regido pela LC 108/2001 (item 3), qual o limite anual máximo de recursos que podem ser destinados ao plano de gestão administrativa sob a forma de taxa de administração (em R\$)?

- (A) 12.500.000
- (B) 25.000.000
- (C) 50.000.000
- (D) 100.000.000
- (E) 225.000.000

## R A S C U N H O

